# DESAFIOS DA RESPONSABILIZAÇÃO PENAL POR CRIMES AMBIENTAIS

**Autor(res)**

Jocelino Tramontin Da Silva
Giovana Budinski De Figueredo

**Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

**Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

**Introdução**

Muito frequentemente os transgressores da norma ambiental são levados à ideia de impunidade, devido a diversos fatores como, pela falta de mecanismos jurídicos adequados ou recursos humanos e financeiros, a inadequada realização de fiscalização por parte do ente público ou pela dificuldade na identificação e responsabilização dos autores de crimes ambientais.
De igual maneira não só identificar é o problema mas também em muitas situações é ainda mais desafiante a tarefa de atribuir uma penalização proporcional de modo a se lograr de forma eficaz o intuito real de tal ação, seja ela a de educar ou de inibir a conduta irregular.
Outro obstáculo que surge é no campo da jurisdição, tendo em vista que muitos conflitos entre União e Estados podem ocorrer.

**Objetivo**

O intuito desta obra é mapear as dificuldades enfrentadas pela Justiça Brasileira para identificar os autores de crimes ambientais, assim como para posteriormente responsabilizá-los pelas infrações cometidas. Não se detém a ideia de esgotar o assunto, mas tal tema será objeto de pesquisas futuras, pois percebemos que há muito o que se pesquisar e muito o que se responder.

**Material e Métodos**

A elaboração desse trabalho se deu através de pesquisa bibliográfica, da seleção e posterior estudo de obras exclusivamente acadêmicas em ambiente virtual, utilizando mecanismo próprio para busca de materiais acadêmicos que discorriam sobre as dificuldades enfrentadas na identificação e responsabilização dos infratores de leis ambientais. Durante essa etapa, foram identificados os principais pontos discutidos em cada artigo relacionados aos desafios da responsabilização penal por crimes ambientais.

**Resultados e Discussão**

Os trabalhos revisados dão ênfase na complexidade existente na identificação dos responsáveis por crimes ambientais, especialmente no que diz respeito a questões como descarte de resíduos químicos e poluição industrial.
Infelizmente a falta de clareza na legislação ambiental brasileira contribui, de grande maneira, para a dificuldade

na atribuição da responsabilidade.
Tal falta de precisão acaba por gerar interpretações conflitantes, dificultando assim a aplicação consistente e eficaz da lei que, por fim, cria lacunas que, ao serem exploradas, acabam por resultar na impunidade dos infratores.
Outros desafios são o constante conflito de competência entre União e os Estados para julgar crimes ambientais, assim como os longos períodos verificados entre as comunicações de crime por parte do Ibama e Funai e o início das investigações por parte da PF e o MPF.

## Conclusão

O princípio do poluidor pagador acaba por tornar rasas as punições impostas tendo em vista a desproporcionalidade encontrada entre o dano ambiental causado e a multa estabelecida, confirmando assim o sentimento de impunidade e levando a repetição das ações ilegais.

## Referências

BARRETO, Paulo; ARAÚJO, Elis; BRITO, Brenda. A impunidade de crimes ambientais em áreas protegidas federais na Amazônia. IMAZON-Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2009.

BRITO, BRENDA; BARRETO, PAULO. A eficácia da aplicação da lei de crimes ambientais pelo IBAMA para proteção de florestas no Pará.

GUIMARÃES, Isadora Margarete; FERREIRA, Kairllane Mourão; DA SILVA, Lucas Deboni. RESPONSABILIDADE PENAL DAS COMPANHIAS DE MINERAÇÃO E OS MECANISMOS QUE O ESTADO POSSUI PARA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIMES AMBIENTAIS COMETIDOS POR MINERADORES. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 11, p. 1347-1367, 2022.